

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB  
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT  
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD  
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV  
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

## SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÃO DE LEI**
- 2 – ATAS**
  - 2.1 – Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
  - 2.2 – Comissões
- 3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 4 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO**
- 5 – ASSEMBLEIA FISCALIZA**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 7 – ERRATA**



## PROPOSIÇÃO DE LEI

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.960

Declara de utilidade pública a Associação de Mães e Amigos do Autista de Manhuaçu – Amaam –, com sede no Município de Manhuaçu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Mães e Amigos do Autista de Manhuaçu – Amaam –, com sede no Município de Manhuaçu.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 10 de outubro de 2024.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



## ATAS

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA EM 10/10/2024

#### Presidência do Deputado Zé Guilherme

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

#### Comparecimento

– Comparecem os deputados e a deputada:

Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Doutor Jean Freire – Zé Guilherme.

**Falta de Quórum**

O presidente (deputado Zé Guilherme) – Às 14h4min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 14, às 19 horas, nos termos do edital de convocação.

**ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 7/8/2024**

Às 16h12min, comparecem à reunião os deputados Cristiano Silveira, Leleco Pimentel e Rodrigo Lopes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* do Sr. Humberto Corrêa dos Santos solicitando informações sobre os Distritos de Chumbo e Bom Sucesso, pertencentes ao Município de Patos. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Prefeitura Municipal de Rio Acima (um ofício em 7/2/2024); do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (quatro ofícios em 17/1/2024, um ofício em 11/4/2024, dois ofícios em 3/5/2024, um ofício em 23/5/2024, quatro ofícios em 30/5/2024 e um ofício em 17/7/2024); da Prefeitura Municipal de Brumadinho (dois ofícios em 10/7/2024); da Secretaria de Estado de Fazenda (um ofício em 23/5/2024); da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (um ofício em 23/5/2024 e um ofício em 6/6/2024); do Ministério Público Federal (um ofício em 7/2/2024); do Ministério do Trabalho e Emprego (um ofício em 9/2/2024); da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (um ofício em 17/11/2023, um ofício em 11/4/2024, um ofício em 1º/5/2024, um ofício em 16/5/2024 e um ofício em 30/5/2024); da Comissão de Valores Mobiliários (um ofício em 16/2/2024); da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (um ofício em 27/3/2024); da Subsecretaria de Obras e Infraestrutura da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (um ofício em 27/3/2024); da Companhia Energética de Minas Gerais (dois ofícios em 11/4/2024, um ofício em 17/7/2024, um ofício em 23/5/2024 e um ofício em 24/5/2024); da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais (um ofício em 23/5/2024, um ofício em 24/5/2024 e um ofício em 2/8/2024); do Ministério Público Federal (um ofício em 25/4/2024); da Secretaria de Estado de Saúde (um ofício em 11/4/2024 e dois ofícios em 16/5/2024); da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (um ofício em 11/4/2024); da Prefeitura Municipal de Ouro Branco (um ofício em 23/5/2024); da Secretaria Municipal de Saúde (um ofício em 30/5/2024); da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (um ofício em 18/4/2024); da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (um ofício em 25/4/2024); da Secretaria de Estado de Governo (um ofício em 25/4/2024 e um ofício em 10/7/2024); da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (um ofício em 26/4/2024); da Fundação Ezequiel Dias (um ofício em 16/5/2024); da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (um ofício em 16/5/2024); da Fundação João Pinheiro (um ofício em 24/5/2024); da Secretaria de Estado de Governo (um ofício em 16/5/2024 e um ofício em 6/6/2024); da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (um ofício em 6/6/2024); da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (um ofício em 6/6/2024); da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (um ofício em 24/5/2024); do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (um ofício em 28/6/2024); da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (um ofício em 27/6/2024); do Instituto Estadual de Florestas (um ofício em 12/7/2024); da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (um ofício em 17/7/2024); e da Prefeitura Municipal de Sabará (um ofício em 2/8/2024) Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.819 e 7.554 /2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de

proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.723/2024, dos deputados Mauro Tramonte e Charles Santos, em que requerem seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Maria Ignês Pereira dos Reis;

nº 9.731/2024, do deputado Cristiano Silveira, em que requer sejam encaminhadas à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, à Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Granbel – e ao Núcleo Belo Horizonte do Observatório das Metrôpoles, na pessoa da pesquisadora Bárbara Lúcia Pinheiro de Oliveira França, as notas taquigráficas da 13ª Reunião Extraordinária da comissão;

nº 9.777/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Marina Mamede, ativista social e presidenta do Conselho Municipal de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável de Ouro Preto;

nº 9.778/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao Conselho de Administração da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab Minas – e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que seja criada uma gerência de promoção da autogestão na construção de moradias na Diretoria de Habitação da Cohab e outra na Subsecretaria de Política de Habitação da Sedese;

nº 9.780/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que a sociedade civil seja incorporada na composição do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – Conedru;

nº 9.781/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja formulado voto de congratulações com o deputado federal Padre João pelo aniversário de 29 anos de seu sacerdócio;

nº 9.782/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer sejam encaminhadas ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais, à Secretaria Nacional de Participação Social da Presidência da República, à Defensoria Pública da União, à Defensoria Pública do Estado, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, à União Nacional por Moradia Popular, à Associação GAS Guaraciaba, à Associação de Moradores sem Casa, ao Sindicato de Engenheiros de MG e ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto as notas taquigráficas da 14ª Reunião Extraordinária da comissão;

nº 9.791/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o teor das atas das reuniões do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana realizadas em 2024;

nº 9.792/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizado debate público sobre a autogestão na construção de moradias no Estado;

nº 9.793/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que os Planos Estadual e Metropolitanos de Habitação, o Plano Estadual de Logística e Transporte e o Plano de Mobilidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte sejam apreciados pelo novo Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, após realização de conferência e da posse dos novos conselheiros;

nº 9.794/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que seja realizado estudo sobre casos de autogestão para a construção de moradia urbana e rural no Estado, incluindo-se dados quantitativos e qualitativos;

nº 9.982/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre os motivos de constar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 do Estado, a expectativa de

arrecadação de transferências federais relacionadas às obras do metrô de Belo Horizonte, mediante realização de convênio com a União, no valor aproximado de R\$5.500.000.000,00;

nº 9.983/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao ministro dos Transportes pedido de informações sobre os motivos de constar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 do Estado, a expectativa de arrecadação de transferências federais relacionadas às obras do metrô de Belo Horizonte, mediante realização de convênio com a União, no valor aproximado de R\$5.500.000.000,00;

nº 9.984/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações consubstanciadas em relatório das sanções administrativas, advertências e multas aplicadas à concessionária Metrô BH em razão de mau funcionamento dos serviços prestados desde a privatização;

nº 10.069/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao governador do Estado pela nomeação de Marcos Montes, ex-diretor administrativo da Gasmig, para assumir o cargo recém-criado de vice-presidente executivo da Cemig;

nº 10.204/2024, da deputada Lohanna, em que requer sejam encaminhadas à comunidade de Divinópolis atingida pelo projeto de implementação de um aterro sanitário e de uma unidade de valorização de resíduos no Complexo da Ferradura, nesse município, na pessoa de Leticia Arruda Pereira, ao prefeito de Divinópolis, à Câmara Municipal de Divinópolis, à superintendente de Resíduos Sólidos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, à chefe regional de Regularização Ambiental do Alto São Francisco da Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam –, ao secretário executivo do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Centro-Oeste Mineiro – Cias Centro-Oeste – e ao coordenador regional das Promotorias de Meio Ambiente da Bacia do Alto Rio São Francisco as notas taquigráficas da 16ª Reunião Extraordinária da comissão;

nº 10.205/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Divinópolis e ao Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Centro-Oeste Mineiro, em Santo Antônio do Monte, pedido de providências para que seja realizada nova audiência pública, com ampla e prévia divulgação, para a participação da população da região afetada pelo projeto do aterro sanitário;

nº 10.206/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Divinópolis pedido de informações sobre a modelagem e os cálculos que atestariam a vantajosidade de esse município aderir à gestão compartilhada dos resíduos sólidos por meio do Cias-Centro Oeste, esclarecendo-se se foi considerada, nesses estudos, a possibilidade de a Empresa Municipal de Obras Públicas e Serviços – Emop – assumir a gestão dos resíduos sólidos do município;

nº 10.207/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Divinópolis pedido de informações sobre estudos, opções e critérios considerados pelo município para a escolha de local em território municipal para a construção de aterro sanitário regional no âmbito do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Centro-Oeste Mineiro – Cias-Centro Oeste;

nº 10.208/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário executivo do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Centro-Oeste Mineiro, em Santo Antônio do Monte, pedido de informações sobre os critérios que serão utilizados para escolha do local de construção do aterro sanitário da região, os parâmetros utilizados para a definição dos valores de tarifa a serem praticados nos municípios em razão da concessão dos serviços de resíduos sólidos urbanos e sobre as estratégias de valorização dos trabalhadores envolvidos na reciclagem de materiais (catadores), nos termos da nova normatização do governo federal;

nº 10.209/2024, da deputada Bella Gonçalves e do deputado Leleco Pimentel, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os impactos dos conflitos fundiários, das remoções forçadas e dos impedimentos aplicados aos ocupantes para as políticas de acesso à terra urbana e rural nos municípios e para o desenvolvimento regional;

nº 10.216/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos socioambientais da instalação de aterro sanitário na área da Fazenda Brejos, na Comunidade Brejos I, no Município de Itaobim;

nº 10.217/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública para discutir as operações de compra e venda de terrenos da Usiminas na região do Vale do Aço com a finalidade de realizar projetos de loteamento para condomínio de alto padrão, que culminará no desmatamento de 400.000m<sup>2</sup> de Mata Atlântica;

nº 10.248/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Marliéria, para comemorar os 80 anos de criação do Parque Estadual do Rio Doce – Perd – e debater o processo de concessão dos serviços de gestão desse parque para a iniciativa privada, as consequências dessa concessão para seu funcionamento e utilização pelo público, bem como para discutir os impactos e as perspectivas da repactuação na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de outubro de 2024.

Cristiano Silveira, presidente – Leleco Pimentel – Rodrigo Lopes.

#### **ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 12/9/2024**

Às 16h12min, comparece à reunião a deputada Bella Gonçalves, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Bela Gonçalves, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, debater a atuação da Escola de Samba Unidos dos Guarany's na promoção dos direitos das etnias e dos grupos sociais minoritários. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Thatiana Rocha Silva, vice-presidente da Unidos dos Guarany's; Arminda Aparecida de Oliveira, assessora de Articulação da Diretoria de Desenvolvimento e Articulação Institucional – DDAI – da Secretaria Municipal de Cultura – SMC –, representando a secretária; Makota Célia Gonçalves Souza, coordenadora-geral do Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira – Cenarab; Jozeli Rosa de Souza, membro do Coletivo Brejo das Sapas, articuladora política do Movimento LGBTQIA+ e presidenta do Psol-BH; Sandra Mara Lima, chefe de gabinete da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S.A. – Belotour –, representando a presidente; e os Srs. Adriano Maximiano da Silva, diretor de Proteção e Memória da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult –, representando o secretário; Gleison Fernandes da Silva, presidente da Unidos dos Guarany's; Mário César de Almeida, fundador da Velha Guarda e ex-presidente da Unidos do Guarany's; Eduardo Raimundo Bavose, presidente da Liga Independente das Escolas de Samba de Minas Gerais – Lies-MG; Ricardo de Moura, zelador da Associação da Resistência Cultural Afro-Brasileira Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente. A presidenta, autora do requerimento que deu origem aos debates, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de outubro de 2024.

Andréia de Jesus, presidenta – Beatriz Cerqueira – Cristiano Silveira.

**ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 8/10/2024**

Às 10h3min, comparece à reunião o deputado Sargento Rodrigues, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o pagamento integral das diárias devidas aos policiais militares que se deslocam de sua sede por motivo de serviço. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* dos Srs. Rafael Rosário dos Reis, encaminhando fotos de prédio público abandonado na cidade de Diamantina, informando que ele pertence à Polícia Militar de Minas Gerais e solicitando providências; Wellisson Souza da Silva, encaminhado pelo Fale com as Comissões, denunciando a possível prática de crimes de corrupção ativa e passiva, negligência e perseguição por policiais militares no Município de Varginha; e Márcio Rodrigo Higino Procópio, encaminhado pelo Fale com as Comissões, denunciando perseguição praticada por servidor da Delegacia de Polícia Civil de Mesquita, que realizou intimação em praça pública. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Polícia Militar de Minas Gerais (um ofício em 16/5/2024; um ofício em 24/5/2024; um ofício em 21/6/2024); da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (um ofício em 2/8/2024; um ofício em 20/6/2024); da Secretaria-Geral do Estado de Minas Gerais (três ofícios em 5/4/2024); da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (um ofício em 10/5/2024); da Secretaria de Estado de Governo (um ofício em 16/5/2024); do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (um ofício em 13/6/2024). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença do Cel. PM Carlos Frederico Otoni Garcia, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra ao convidado, para que faça suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para as próximas reuniões extraordinárias do dia 9/10/2024, às 10h30 e 14h15, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de outubro de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente – Beatriz Cerqueira – Eduardo Azevedo.

**ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 9/10/2024**

Às 10h5min, comparecem à reunião os deputados Arlen Santiago, Lucas Lasmar e Dr. Maurício (substituindo o deputado Doutor Wilson Batista, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails*, recebidos pelo Fale com as Comissões, de Alexandre Amador de Souza Soares, transplantado renal há 27 anos, sugerindo que seja feita uma homenagem ao médico pioneiro do transplante renal, Dr. Eduardo Távora, falecido no ano de 2022; de Jacimar Leite da Silva, solicitando adoção de medidas urgentes para redução de ruídos e monitoramento da qualidade do ar devido às operações da empresa CSN e terceirizadas, no Bairro Pontilhão, em Barbacena, que têm afetado a população na região; de Maria Luíza de Oliveira, presidente da Associação Pérolas de Minas, solicitando uma audiência pública por ocasião do “Outubro rosa”, para debater o direito das mulheres acima de 40 anos de fazerem mamografia diretamente nas unidades básicas de saúde. Comunica também o recebimento de dois ofícios da Secretaria de Estado de Saúde, publicados no *Diário do Legislativo* em 28/8/2024. A presidência, nos termos do art. 9º da Deliberação nº 2.705, de 2019, determina o

encaminhamento à Mesa da Assembleia, para publicação, do Relatório Final da Reunião do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas – 1º Ciclo de 2024, realizada em 18/10/2023. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.843/2022, na forma do vencido em 1º turno (relator: deputado Arlen Santiago) e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.820/2023, na forma do Substitutivo nº 2 (deputado Lucas Lasmar). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 8.297/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 10.678/2024, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre os motivos pelos quais não têm sido efetivadas a entrega e a liberação dos medicamentos para quimioterapia no Hospital Nove de Julho, em Juiz de Fora;

nº 10.679/2024, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de providências com vistas à regularização, em caráter de urgência, da entrega e liberação dos medicamentos para quimioterapia no Hospital Nove de Julho, em Juiz de Fora;

nº 10.775/2024, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para acompanhamento e fiscalização da aplicação de medidas legais contra o *cyberbullying*, garantindo-se que as vítimas tenham acesso a canais de denúncia e proteção;

nº 10.776/2024, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para acompanhamento da efetividade das políticas públicas voltadas à saúde mental no Estado, com especial atenção às políticas de prevenção ao suicídio e tratamento de transtornos mentais relacionados ao uso de redes sociais;

nº 10.777/2024, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências para que seja reforçado o policiamento digital e divulgados os canais de denúncia acessíveis para jovens e vítimas de crimes cibernéticos;

nº 10.778/2024, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para promoção da educação midiática nas escolas, capacitando-se os jovens para identificar informações falsas e perigosas;

nº 10.779/2024, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para realização de campanhas voltadas para o equilíbrio entre a vida digital e a saúde mental, destacando a importância de atividades fora do ambiente *on-line*;

nº 10.780/2024, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para realização de campanhas de conscientização voltadas para prevenção de transtornos mentais como a depressão, a ansiedade e a síndrome do esgotamento profissional;

nº 10.781/2024, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para realização de um estudo sobre o estado da saúde mental no Estado, com foco no impacto das *fake news* e da hiperexposição às redes sociais no bem-estar emocional da população;

nº 10.782/2024, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o número de ocorrências relacionadas ao suicídio e à automutilação e as ações que a secretaria de que é titular está empreendendo para reduzir o número de mortes causadas por autodestruição no Estado;

nº 10.783/2024, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam implementadas campanhas de conscientização nas escolas e nos meios de comunicação do Estado sobre o uso de bebidas alcoólicas e de entorpecentes;

nº 10.784/2024, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para divulgação dos canais de atendimento dedicados às pessoas que estejam passando por dificuldades emocionais relacionadas ao uso de redes sociais, permitindo que elas busquem ajuda de forma confidencial e segura;

nº 10.785/2024, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam incluídas no currículo escolar disciplinas e atividades educativas que abordem o uso consciente das redes sociais, a importância da saúde mental e como equilibrar o uso de tecnologias com outras atividades que promovam o bem-estar emocional;

nº 10.786/2024, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as políticas públicas voltadas para amenizar os impactos negativos das redes sociais na saúde mental dos cidadãos mineiros e sobre a forma de implementação dessas políticas;

nº 10.787/2024, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a saúde mental da população no Estado nas quais se esclareçam se houve aumento do número de casos de transtornos mentais causados pelo uso excessivo das redes sociais bem como as ações que a secretaria de que é titular está implementando para prevenir novos casos;

nº 10.788/2024, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para implementação de políticas públicas relacionadas à prevenção do suicídio e da automutilação nas escolas do Estado;

nº 10.789/2024, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para implementação de políticas públicas na rede de ensino estadual voltadas para a redução do impacto negativo do uso excessivo das redes sociais na saúde mental dos estudantes;

nº 10.790/2024, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para realização de estudos e mapeamento do impacto do uso excessivo de redes sociais na saúde mental dos estudantes e da população jovem no Estado, incluindo dados estatísticos sobre o uso das redes e suas correlações com transtornos psicológicos, como depressão e ansiedade, além de monitoramento do aumento de casos de automutilação e suicídio entre os jovens;

nº 10.791/2024, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para elaboração e implementação de campanhas de conscientização nas escolas e nos meios de comunicação do Estado, com o intuito de alertar pais, educadores e jovens sobre os riscos do uso excessivo das redes sociais, incentivando o uso responsável e moderado dessas plataformas;

nº 10.792/2024, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para implementação de programas de capacitação para professores, orientadores educacionais e profissionais da saúde (psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais) para que estejam aptos a identificar sinais de dependência e transtornos relacionados ao uso de redes sociais e intervir de maneira adequada junto aos jovens afetados;

nº 10.793/2024, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para estabelecer parcerias com plataformas de redes sociais –

Instagram, Facebook, TikTok, entre outras –, para que sejam desenvolvidas ações conjuntas voltadas para a promoção de bem-estar digital, prevenção a conteúdos prejudiciais à saúde mental e identificação de comportamentos de risco;

nº 10.812/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as medidas preventivas adotadas e os investimentos realizados pelo governo do Estado para conter os riscos de epidemia de dengue no período compreendido entre outubro de 2024 e maio de 2025, especificando-se quais são as ações específicas planejadas para o combate ao *Aedes aegypti* durante esse período; se há um calendário de campanhas de conscientização e mobilização da população para o combate à dengue e, em caso positivo, quais são as datas e as principais atividades previstas; quais medidas de controle e fiscalização estão sendo implementadas em áreas de maior risco; se existe um plano de parceria com municípios para fortalecer as ações de prevenção e combate à doença; quais orientações e recursos estão sendo fornecidos à população sobre prevenção e cuidados; se o sistema de saúde estadual está preparado e equipado para atender a uma possível demanda elevada durante esse período; e quais melhorias estão sendo implementadas;

nº 10.821/2024, dos deputados Antônio Carlos Arantes e Arlen Santiago, em que requerem seja realizada audiência pública para debater as causas da puberdade precoce e os fatores de risco a ela associados; os impactos físicos, psicológicos e sociais dessa condição nas crianças e nos adolescentes; a importância do diagnóstico precoce dessa condição e do acompanhamento médico adequado dos afetados; os direitos e cuidados que devem ser garantidos às crianças e aos adolescentes afetados pela puberdade precoce; e as medidas preventivas e tratamentos disponíveis para mitigar os efeitos da referida condição no âmbito do Estado; e seja essa audiência pública considerada como requisito, relativamente ao projeto de lei que institui o Mês Estadual da Conscientização sobre a Puberdade Precoce, para atender ao que determina a Lei nº 22.858, de 8/1/2018;

nº 10.823/2024, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para implementação de programas de capacitação de profissionais que lidam diretamente com a população idosa, quais sejam: treinamento de médicos, enfermeiros, assistentes sociais e cuidadores que lhes possibilite identificar sinais de violência física e psicológica contra idosos; treinamento de policiais e agentes de segurança pública para atendimento e encaminhamento de denúncias de violência contra a pessoa idosa, tanto em lares de idosos quanto em ambiente familiar; e desenvolvimento de protocolos específicos de atendimento humanizado e acolhedor para idosos vítimas de violência;

nº 10.824/2024, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para realização de um levantamento abrangente e contínuo dos casos de violência contra idosos em Minas Gerais, com monitoramento de casos de violência física, psicológica, financeira e institucional, com foco em regiões mais vulneráveis do Estado;

nº 10.825/2024, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para realização de um levantamento abrangente e contínuo dos casos de violência contra idosos em Minas Gerais, com coleta de dados sobre denúncias de maus-tratos e negligência em lares de idosos (instituições de longa permanência) e no ambiente familiar;

nº 10.839/2024, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer seja realizada consulta pública no *site* da Assembleia Legislativa sobre o Projeto de Lei nº 2.916/2024, que institui a Semana de Conscientização e Prevenção da Síndrome de Rett no âmbito do Estado;

nº 10.850/2024, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência do Norte de Minas – Cisrun – responsável pela administração do Samu Macro Norte em Montes Claros, pedido de providências para enviar à comissão cópia atualizada de seu estatuto; lista de funcionários com os respectivos vencimentos, número

de efetivos e número de contratados; e a lista das cidades com base do Samu Macro Norte e dos municípios que estão adimplentes; bem como para atualizar seu portal da transparência;

nº 10.851/2024, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Lei nº 23.449, de 24/10/2019, que assegura às mulheres com alto risco de desenvolvimento de câncer de mama e de ovário a realização gratuita de exame genético para pesquisa de mutação em genes relacionados a essas doenças nas unidades públicas ou conveniadas integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS –, e discutir o cenário oncológico atual e as grandes mudanças necessárias para a melhoria da saúde;

nº 10.852/2024, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater a necessidade de política de valorização dos profissionais da odontologia;

nº 10.853/2024, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater o aumento dos casos de AVC e o impacto dessas ocorrências na saúde pública, tendo em vista o Dia Mundial do AVC, a ser comemorado no dia 29 de outubro.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de outubro de 2024.

Arlen Santiago, presidente – Dr. Maurício – Lucas Lasmar.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### REQUERIMENTO DESPACHADO

– A presidência deferiu, em 10/10/2024, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento nº 2.761/2023, do deputado Duarte Bechir e outros, solicitando a convocação de reunião especial para homenagear o Centro Oftalmológico de Minas Gerais pelos 55 anos de sua fundação.

### PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.486/2024

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

##### Relatório

De autoria do deputado Professor Wendel Mesquita, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Autismo e Possibilidades – Asap –, com sede no Município de Lagoa da Prata.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

##### Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública Associação Autismo e Possibilidades – Asap –, com sede no Município de Lagoa da Prata, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, assistir seus beneficiários, desenvolvendo programas de auxílio, adaptação e inclusão social da pessoa com autismo, promover e incentivar estudos sobre o transtorno do espectro autista, fomentar a criação de centros especializados para atendimento adequado desse público e realizar cursos de capacitação profissional.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Autismo e Possibilidades – Asap –, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

#### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.486/2024, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 9 de outubro de 2024.

Grego da Fundação, relator.



### CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

#### CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 10/10/2024, a seguinte correspondência:

#### OFÍCIOS

Ofício do Instituto Estadual de Florestas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.438/2023, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Andréia de Jesus. (– Anexe-se ao Requerimento nº 2.438/2023.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.525/2024, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 7.525/2024.)

Ofício do Instituto Mineiro de Gestão das Águas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.205/2024, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.205/2024.)



### ASSEMBLEIA FISCALIZA

#### TEMA EM FOCO

#### REVISÃO DO PLANO DE TRABALHO

##### Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

**Tema:** Programa Banco de Empregos – A Vez Delas, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, regido pela Lei nº 22.256, de 26/7/2016 (art. 4º, VII), e pelo Decreto nº 48.312, de 1º/12/2021.

Revisão do Plano de trabalho da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para fiscalizar, no âmbito de suas atribuições, o tema Programa Banco de Empregos – A Vez Delas, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, regido pela Lei nº 22.256, de 26/7/2016 (art. 4º, VII), e pelo Decreto nº 48.312, de 1º/12/2021, no âmbito do Tema em Foco 2023/2024

##### Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher:

Ana Paula Siqueira, presidenta;

Alê Portela, vice-presidente;

Andréia de Jesus;

Delegada Sheila.

**Nota:** Plano de Trabalho aprovado em primeira versão, em 29 de agosto de 2023, e publicado no Diário do Legislativo, em 30 de agosto de 2023; revisado e aprovado em segunda versão, em 24 de maio de 2024.

**1) Alteração dos objetivos específicos para:**

- Ouvir a Sedese acerca das características, entraves e resultados do programa;
- Conhecer as ferramentas disponíveis para o atendimento das mulheres vítimas de violência;
- Conhecer um local de referência do programa *Banco de Emprego – A Vez Delas* para verificar, *in loco*, o atendimento às mulheres vítimas de violência e métodos para sua inserção no programa;
- Conhecer as estratégias do programa para o acolhimento das mulheres vítimas de violência e sua inclusão ao mercado de trabalho, esclarecendo as perspectivas de ampliação e interiorização do programa;
- Colher informações detalhadas sobre os resultados qualitativos e quantitativos alcançados pelo programa desde a sua implantação;
- Apresentar sugestões de possíveis melhorias para a ampliação e maior eficácia do programa.

E retirada dos seguintes objetivos:

- ouvir as Subsecretarias da Sedese envolvidas na temática acerca das características, perspectivas e entraves do programa, mantendo apenas a Sedese;
- ouvir os órgãos encaminhadores de mulheres para o programa partícipes da rede de enfrentamento à violência contra mulheres; e
- ouvir os órgãos e entidades afetas à temática na perspectiva de efetivação de parcerias de cooperação.

**2) Encaminhamento do seguinte requerimento à titular da Sedese, solicitando informações complementares:**

- perfil das mulheres que encaminharam os 127 currículos cadastrados no Banco de Empregos “A Vez Delas”, detalhando-se faixa etária, escolaridade e raça e cor autodeclaradas;
- percentual das mulheres atendidas pelo Centro Estadual Risoleta Neves de Atendimento – Cerna – que manifestaram interesse em buscar uma oportunidade de trabalho por meio do Banco de Empregos e cadastraram seus currículos desde o lançamento do programa, em dezembro de 2021, discriminado mês a mês, e, entre os 127 currículos cadastrados, o total cujo meio de entrada foi o Cerna;
- dados relativos à adesão de entidades e órgãos públicos estaduais, federais e municipais por meio do Sima, incluindo quantitativos, perfis dessas entidades e órgãos e número de currículos por elas cadastrados diretamente, desde o lançamento do programa;
- dados relativos à demanda da rede de enfrentamento para a inclusão de mulheres no banco, detalhando-se órgão ou entidade e número de solicitações, atendidas ou não, desde o lançamento do programa, bem como o número de currículos cadastrados pela rede;
- meios de divulgação do “A Vez Delas” utilizados junto às redes de enfrentamento à violência contra as mulheres e pelas 22 diretorias regionais da Sedese no Estado (referência no item II do Ofício SEDESE/GAB nº. 295/2024), incluindo estratégias voltadas para incentivar a adesão de municípios e parcerias com o setor privado;
- relação dos municípios e das empresas do setor privado com os quais a Sedese realizou reuniões individuais, mediante manifestação de interesse em aderir ao programa (referência no item II do Ofício SEDESE/GAB nº. 295/2024);

– relação das atividades de capacitação continuadas, em formato EaD e presencial, ofertadas para as empresas que aderiram ao Programa "A Vez Delas", desde o seu lançamento.

### 3) Alteração dos trabalhos:

– visita técnica ao Centro Risoleta Neves de Atendimento às Mulheres – Cerna – (já realizada) e cancelamento da audiência pública, considerando-se o tempo restante para a execução das atividades e a visita realizada, junto com as informações recebidas são suficientes para produção do relatório e para atingir o objetivo geral do tema em foco.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2024.

Ana Paula Siqueira, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

## TEMA EM FOCO

### REVISÃO DO PLANO DE TRABALHO

#### Comissão de Direitos Humanos

**Tema:** Balanço das políticas públicas de promoção e reparação em direitos humanos do Estado, com foco no atendimento prestado pelos equipamentos Casa de Direitos Humanos – CDH – e Centros de Referência em Direitos Humanos – CRDH – e no funcionamento do projeto Sistema Estadual de Redes em Direitos Humanos – SER-DH.

Revisão do Plano de trabalho da Comissão de Direitos Humanos para fiscalizar, no âmbito de suas atribuições, o tema Balanço das políticas públicas de promoção e reparação em direitos humanos do Estado, com foco no atendimento prestado pelos equipamentos Casa de Direitos Humanos – CDH – e Centros de Referência em Direitos Humanos – CRDH – e no funcionamento do projeto Sistema Estadual de Redes em Direitos Humanos – SER-DH, no âmbito do Tema em Foco 2023/2024

#### Comissão de Direitos Humanos:

Andréia de Jesus, presidenta;

Bella Gonçalves, vice-presidenta;

Betão;

Bruno Engler;

Caporezzo.

**Nota:** Plano de Trabalho aprovado em primeira versão, em 4 de outubro de 2023, e publicado no Diário do Legislativo, em 5 de outubro de 2023; revisado e aprovado em segunda versão, em 19 de junho de 2024.

#### 1) Alteração dos Objetivos Específicos Para:

– conhecer o atendimento prestado atualmente pela CDH, colher informações sobre a equipe disponível, sobre quais os serviços oferecidos e quantos atendimentos foram prestados, nos últimos oito anos;

– conhecer o atendimento prestado pelos CRDHs e colher informações sobre as equipes disponíveis, e quais e quantos atendimentos foram prestados em cada um dos quatro centros, nos últimos oito anos;

– conhecer o funcionamento do projeto Sistema Estadual de Redes em Direitos Humanos – SER-DH – e colher informações sobre quais e quantos atendimentos foram prestados em cada uma das três vertentes do atendimento em direitos humanos pelo SER-DH (Grupos Temáticos, Tipos de Violência/Violação e Direitos). E retirada dos seguintes objetivos:

– conhecer e compartilhar as melhores práticas de cada um dos CRDHs, de forma a contribuir para a elaboração de um possível protocolo de atendimento com vistas a padronizar e melhorar o atendimento em todos os CRDHs;

– conhecer as formas e os resultados da gestão desses equipamentos.

## 2) Encaminhamento do Seguinte Requerimento à Titular da Sedese, Solicitando Informações Complementares

### Sobre:

– qual a equipe disponível para atuação na Casa de Direitos Humanos; quais os serviços oferecidos e quantos atendimentos foram prestados; qual o montante de recursos destinado a esse equipamento e quais os principais gargalos e problemas identificados pela equipe, nos últimos oito anos.

– quais e quantos atendimentos foram prestados em cada um dos quatro CRDHs; quais as equipes disponíveis para atuação nos centros; qual o montante de recursos destinado a cada um desses equipamentos; se há previsão de ampliação desses equipamentos no Estado; e quais os principais gargalos e problemas identificados pelas equipes, nos últimos oito anos.

– Como funciona o SER-DH; quantos municípios aderiram ao sistema; quais e quantos atendimentos foram prestados em cada uma das três vertentes do atendimento (Grupos Temáticos, Tipos de Violência/Violação e Direitos).

## 3) Previsão de Realização de Audiência Pública no 2º Semestre Para Elaboração do Relatório de Forma a Atingir o Objetivo Geral do Tema em Foco.

Sala das Comissões, 19 de junho de 2024.

Andréia de Jesus, presidente da Comissão de Direitos Humanos.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 7/10/2024, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Carlos Eduardo Costa Pinto, padrão VL-52, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Henrique;

exonerando Débora Magda Teodoro de Meireles, padrão VL-32, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bruno Engler;

exonerando Gilmar Alexandre Soares, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Henrique;

exonerando Graziela Gomes Teixeira, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Roberto Andrade;

exonerando Guilherme Portugal Lima, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bosco;

exonerando Humberto Lopes de Assis, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Participação Popular;

exonerando Janaína Barcelos de Moraes, padrão VL-26, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Delegado Christiano Xavier;

exonerando Julio César da Silva Adão, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Henrique;

exonerando Laura Maria Salim da Silva, padrão VL-29, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bruno Engler;

exonerando Lauro Augusto Oliveira do Vale, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

exonerando Lucas Diego Simão Burlamaque, padrão VL-50, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bruno Engler;

exonerando Luciano Resende Mello Júnior, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Sandro;

exonerando Luiz Márcio Siqueira Junior, padrão VL-50, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bruno Engler;

exonerando Paula Santos Bitencourt, padrão VL-28, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bruno Engler;

nomeando Clairton Dutra Costa Vieira, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Sandro;

nomeando Geraldo Gonçalves do Vale, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Humberto Lopes de Assis Silva, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Participação Popular;

nomeando José Esteves Pires Júnior, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bosco;

nomeando Luna Kathyane de Sales Gomes, padrão VL-27, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Delegado Christiano Xavier;

nomeando Rayane Lorena Araújo Maia, padrão VL-48, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bruno Engler.

#### CONCURSO Nº 1/2024

##### Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 000142/2024

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que foram designadas para compor a equipe responsável pela avaliação das propostas de soluções de que trata o Concurso nº 1/2024 – Prêmio Assembleia de Incentivo à Inovação – Crise Climática – as seguintes pessoas: Ana Luiza Canhestro Saraiva, Camila de Oliveira Viana, Cristina Rocha Guimarães, Gleidson Oliveira da Silva e João Victor Ribeiro Santos, profissionais vinculados ao Parque Tecnológico de Belo Horizonte – BH-TEC; e Angelica Salles e Bruna Silva Barbosa Pereira, profissionais com conhecimento técnico e experiência na avaliação dos quesitos especificados no edital.

#### CRENCIAMENTO Nº 2/2024

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que, nos termos do art. 16, I, da Deliberação da Mesa nº 2.834, de 2024, foi deferido o pedido da Fernanda Mazzeiro Odontologia Especializada Eireli para o credenciamento em epígrafe, que tem como objeto a prestação de serviços de assistência odontológica.

#### CRENCIAMENTO Nº 2/2024

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que, nos termos do art. 16, I, da Deliberação da Mesa nº 2.834, de 2024, foi deferido o pedido da Clínica Odontológica Espaço Sorriso para o credenciamento em epígrafe, que tem como objeto a prestação de serviços de assistência odontológica.

#### CRENCIAMENTO Nº 2/2024

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que, nos termos do art. 16, I, da Deliberação da Mesa nº 2.834, de 2024, foi deferido o pedido da Clínica Odontológica Marcelo Teixeira da Costa para o credenciamento em epígrafe, que tem como objeto a prestação de serviços de assistência odontológica.

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 69/2024****Número no Siad: 9348783-2**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação dos Surdos de Minas Gerais. Objeto do contrato: prestação de serviços de tradução/interpretação da língua brasileira de sinais – Libras – para a língua portuguesa e vice-versa, nas modalidades falada, sinalizada ou escrita, nas formas simultânea ou consecutiva, ao vivo ou ensaiada, gravada ou não, em eventos, atividades diversas e projetos institucionais da contratante ou por ela promovidos, no Município de Belo Horizonte, com cessão de uso de imagem. Objeto do aditamento: segunda prorrogação, com reajuste de preços. Vigência: 12 meses, de 24/11/2024 a 23/11/2025, inclusive. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 100/2024****Número no Siad: 9260995-4**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Lavanderia Dia a Dia Ltda. Objeto do contrato: prestação de serviços de lavanderia. Objeto do aditamento: quarta prorrogação com reajuste de preço. Vigência: 12 meses, de 17/9/2024 a 16/9/2025, inclusive, ou até que se conclua novo processo licitatório para o mesmo objeto. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 104/2024****Número no Siad: 9421665-1**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Locação de Mão de Obra Temporária Ltda. Objeto do contrato: contratação de sociedade empresária para prestação de serviços de chaveiro e manobrista, com dedicação exclusiva de mão de obra. Objeto do aditamento: repactuação do preço do contrato, com acréscimo de R\$17.853,69 ao valor anual originário, em decorrência das alterações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho 2024-2025. Vigência: a partir da data da publicação, com indenização do período anterior a contar de 30/4/2024. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).

**TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 32/2024**

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Facialis Odontologia Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica destinados aos usuários da assistência odontológica da credenciante, previstos na Deliberação da Mesa nº 2.565/2013, nas especialidades clínica odontológica geral, cirurgia bucomaxilo e estomatologia, reconhecidas pelo Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais – CRO-MG –, de acordo com a tabela de procedimentos odontológicos da credenciante. Vigência: de 1º/11/2024 a 17/6/2034 (termo final de validade do Credenciamento nº 2/2024, conforme item 9.5.15 do respectivo edital). O distrato do Termo de Credenciamento nº 38/2023, celebrado entre credenciante e credenciada ocorrerá em 31/10/2024. Licitação: inexigível, nos termos do art. 74, inciso IV combinado com o art. 79, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

**ERRATA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 9/10/2024, na pág. 26, onde se lê:

“Marcio Donizete Teodoro”, leia-se:

“Marcio Donizeti Teodoro”.